



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

148
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0306028-8

COMARCA: Recife

APELANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

APELADOS: Demétrio Jerônimo da Silva Filho e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO E SUCESSÓRIO. INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 1.031, § 2º, DO CPC. APELO PROVIDO. 1. Na espécie, não foi observado o procedimento descrito no art. 1.031, § 2º, do CPC, *verbis*: “*Transitada em julgado a sentença de homologação de partilha ou adjudicação, o respectivo formal, bem como os alvarás referentes aos bens por ele abrangidos, só serão expedidos e entregues às partes após a comprovação, verificada pela Fazenda Pública, do pagamento de todos os tributos*”. 2. No caso, vale registrar que a Fazenda Estadual concordou com a avaliação dos bens inventariados, mas discordou dos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo, reclamando, então, a aplicação da Lei Estadual nº 11.413/96. 3. Na sequência, o Juízo de origem houve por bem rejeitar o pleito fazendário, decisão essa que ensejou a propositura de agravo de instrumento (AI nº 0072533-3), ao qual, no entanto, a relatoria competente decidiu negar seguimento, por ausência superveniente de interesse recursal, o que foi feito justamente em virtude da prolação da sentença impugnada nesta apelação. 4. Desse modo, persiste, nestes autos, o interesse tributário do Estado, especialmente revelado no tocante à controvérsia quanto às alíquotas aplicáveis para fins de apuração do imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis*. 5. Apelo provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0306028-8, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

144



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0306028-8

COMARCA: Recife

APELANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

APELADOS: Demétrio Jerônimo da Silva Filho e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Estado de Pernambuco** contra a sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca da Capital, que, no âmbito do **Inventário** NPU 0027135-39.2000.8.17.0001, considerando satisfeita a obrigação tributária na espécie, homologou a partilha amigável apresentada nos autos e determinou, após o transcurso do prazo legal, a expedição dos respectivos formais (fl. 77).

Inconformado, o apelante alega, em síntese e com base em precedentes jurisprudenciais, que, ao determinar a expedição dos formais de partilha sem que dos autos constassem certidões ou informações negativas de dívidas para com as Fazendas Públicas, o magistrado sentenciante teria violado o disposto nos arts. 192 do CTN, 1.026 e 1.031, § 2º, do CPC, e 20 da Lei Estadual nº 10.260/89.

Nessa esteira, pede o provimento do apelo, a fim que seja determinado o prosseguimento do feito, cumprindo-se o disposto no art. 1.031, § 2º, do CPC.

A parte recorrida apresentou contra-razões (fls. 86/89).

A douta Procuradoria de Justiça absteve-se de intervir no feito (fls. 139/141).

É o breve relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 04 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

149
E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0306028-8

COMARCA: Recife

APELANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

APELADOS: Demétrio Jerônimo da Silva Filho e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Penso que assiste razão ao Estado apelante.

Com efeito, não foi observado, neste caso, o procedimento descrito no art. 1.031, § 2º, do CPC, *verbis*: “**Transitada em julgado a sentença de homologação de partilha ou adjudicação, o respectivo formal, bem como os alvarás referentes aos bens por ele abrangidos, só serão expedidos e entregues às partes após a comprovação, verificada pela Fazenda Pública, do pagamento de todos os tributos**” (grifei).

Note-se, por oportuno, que a Fazenda Estadual concordou com a avaliação dos bens inventariados (fl. 52), mas discordou dos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo, reclamando, então, a aplicação da Lei Estadual nº 11.413/96 (fl. 56).

Na sequência, o Juízo de origem houve por bem rejeitar o pleito fazendário, nos moldes da decisão lançada à fl. 57, cujo teor ensejou à propositura de agravo de instrumento (AI nº 0072533-3), ao qual, no entanto, a relatoria competente decidiu negar seguimento, por ausência superveniente de interesse recursal, o que foi feito justamente em virtude da prolação da sentença impugnada nesta apelação.

Assim, tenho que persiste, nestes autos, o interesse tributário do Estado, especialmente revelado no tocante à controvérsia quanto às alíquotas aplicáveis para fins de apuração do imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis*.

Ante o exposto, **dou provimento ao apelo.**

Ê como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator